



**Reunião Ordinária da Assembleia  
da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo**

**28.03.2011**

**Acta número um/2011**

Aos vinte e oito dias do mês de Março de dois mil e onze, com início pelas dezoito horas, teve lugar, no auditório da sede da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, em Tomar, a primeira reunião ordinária da Assembleia da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

**Antes da Ordem do Dia:-----**

**1. Período antes da ordem do dia.-----**

**Ordem do dia:-----**

**1. Discussão e votação do Relatório de Gestão de 2010;-----**

**2. Discussão e votação da alteração de todos os Regulamentos da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, no sentido de incluir o Município de Mação, de acordo com a Lei 21/2010 de 23 de Agosto;-----**

**3. Protocolo de Cedência das Acções da Município de Ferreira do Zêzere;-----**

**4. Intervenção do Público ao abrigo do ponto 6, do artigo 84.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei 5-A/2002 de 11 Janeiro.-----**

-----  
Iniciados os trabalhos, a Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal informou que existia quórum dando as boas vindas a todos. Estiveram presentes na reunião os deputados eleitos constantes da folha de presenças anexa à presente acta e da qual faz parte integrante. -----

Estiveram ainda presentes, o Presidente do Conselho Executivo da CIMT, a Secretária Executiva e Teresa Taborda, Elizabeth Torres e Rita Trindade que secretariaram a reunião. -----

-----  
A Presidente da Mesa iniciou a reunião, esclarecendo que antes de se procederem a algumas questões introdutórias, iria ser dada posse a dois deputados do concelho de Ourém, um por suspensão e outro por renúncia de mandando, ambos eleitos em Assembleia Municipal, chamando-os para fazer o respectivo juramento e assinar o termo de posse. Começou por chamar Ana Margarida Vieira, em substituição do deputado Manuel Xavier Teixeira Guerra.-----

De seguida Sofia Ferreira dos Santos foi substituída por Joana Luísa.-----  
Operaram-se, ainda, as seguintes substituições:

Luis Filipe Grácio assumiu funções em substituição do deputado Henrique Leal, do Bloco de Esquerda; -----

-

Ramiro Silva, da CDU, foi substituído pelo deputado Manuel Ligeiro-----  
Ana Marta Mendes, do PSD, foi substituída pelo deputado António Nobre.-----

Passando à votação da acta da reunião anterior, a Senhora Presidente da Mesa da Assembleia referiu que tinha sido solicitado um pedido de correcção pelo deputado João Simões, já incorporado no documento e que tinha a ver com a necessidade de se fazer referência às moções apresentadas referenciadas no texto das actas como anexas ao documento. Foi igualmente solicitado pela deputada Fátima Chambel a correcção a algumas gralhas que ainda iriam ser incorporadas no texto, não permitindo assim que a acta ficasse assinada hoje.-----

Após estes considerandos e não se verificando mais rectificações, a acta foi aprovada, sem votos contra, e 6 abstenções (2 do PS, 1 Bloco de Esquerda e 3 do PSD, deputados que não estiveram presentes na reunião passada) estando presentes na sala 33 deputados.-----

A Presidente da Mesa antes, de passar para o período antes da ordem do dia, referiu que, por força da lei, as convocatórias para a reunião da Assembleia Intermunicipal são enviadas por correio registadas e com aviso de recepção. Contudo, e de forma a permitir uma redução de custos, colocou à consideração dos senhores deputados a possibilidade de se abdicar do envio da convocatória com aviso de recepção e assim apenas ser enviada por correio simples e por e-mail.-----

A deputada Ana Cláudia Coelho chamou a atenção para o facto de nem todas as pessoas visualizarem o seu correio diariamente, pelo que, questionava se podia a convocatória ser enviada nos dois suportes, correio normal e por e-mail.-----

Os senhores deputados concordaram com esta proposta apresentada, tendo sido registado em folha devidamente assinada por cada um dos deputados a autorização para se proceder nestes termos.-----

## **1. Período antes da ordem do dia. -----**

Foram presentes à Assembleia três moções, que deram entrada na mesa, sendo uma entregue pelos Independentes de Tomar, uma pelo Bloco de Esquerda e uma da CDU, ambas anexas à presente acta e da qual fazem parte integrante.-----

No que respeita à Moção entregue pelos Independentes de Tomar, o deputado João Simões fez a sua apresentação. Começou por esclarecer das novas questões ligadas ao problema repisado e rebatido sobre o IP6/A23, sendo uma das questões a não publicação da portaria que visa portajar os valores e as actuais isenções, entendendo que, encontrando-se o governo demissionário, não deveria ser publicada essa portaria. Mencionou, em segundo lugar, a reunião que teve lugar com os empresários que têm empresas servidas pelas A23, A24 e A25 com a presença de deputados do PSD, do CDS e do Bloco de Esquerda, achando que este assunto devia apenas ser avaliado com o novo governo. Realçou o abaixo assinado entregue na Assembleia da República com cerca de 35 mil assinaturas para que este problema fosse devidamente acautelado.-----

Finalmente, deu nota da existência de uma providência cautelar para que as portagens no IP6/A23, troço Torres Novas/Abrantes, sejam consideradas violação da lei, visto este IP não se coadunar com os atributos de uma auto-estrada, bem como, de não pertencer à Scut Vias, estando a ser integrado, forçosamente, nesta estrutura. Assim sendo, referiu que vinham os Independentes por Tomar exigir que de momento não fossem aplicadas as portagens. Comentou igualmente, que na

reunião que teve lugar com a Comissão Parlamentar das Obras Públicas o Senhor Presidente da Câmara Municipal da Barquinha apresentou claramente os constrangimentos sobre a aplicação das portagens.-----

A Presidente da Mesa da Assembleia pediu ao Bloco de Esquerda que fosse apresentada a moção exposta através do deputado Luís Grácio. Veio aclarar que as razões desta moção eram já sobejamente conhecidas por todos e que traz constrangimentos colocados em todo o troço da A23, problemas graves para a população quer no ponto de vista económico quer para as empresas, em particular para os concelhos do Médio Tejo. Esclareceu que esta moção vinha reforçar o já conhecido e mostrar solidariedade com o já apresentado por outros deputados.-----

Foi de seguida dada a palavra ao deputado Rui Ferreira da CDU que apresentou a moção no seguimento do que tem vindo a ser dito e, que tinha a ver com o facto da Assembleia Intermunicipal ser o órgão mais representativo e por isso entenderem que não devia ser este o órgão a vacilar perante esta medida que o governo pretendia levar a cabo da implementação da portagens na A23.-----

O deputado José Batista teceu alguns considerandos sobre esta matéria, esclarecendo a Assembleia que ainda faltavam fazer reuniões com alguns partidos, abordou o facto do PSD não ter apresentado propostas e sugeriu a possibilidade de ser feita uma redacção conjunta dos documentos apresentados.-----

O deputado Carlos Alves, do PS, concordou igualmente com a proposta apresentada pelo deputado José Batista. -----

Tendo em conta as intervenções, a Presidente da Mesa da Assembleia propôs aos deputados a viabilidade de ser construída uma comissão para a redacção conjunta das moções apresentadas, constituída por um membro da Mesa e um elemento de cada partido. Levado este assunto a votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade, com a presença de 38 deputados na sala.-----

O deputado Carlos Alves comentou que tinha solicitado um pedido de suspensão de mandato durante 6 meses, tendo verificado que este assunto não tinha sido considerado em acta. A Presidente da Mesa esclareceu que se procedeu em conformidade com as disposições legais e regimentais, mas que a especificação destas situações nem sempre é registada em acta, especialmente quando não é possível proceder imediatamente às substituições.-----

O deputado Manuel Ligeiro interveio para falar da problemática da saúde no Médio Tejo, referindo não ser a sua primeira intervenção nesta matéria, contudo pretendia fazer em parte a defesa do serviço nacional de saúde. Referiu o acesso aos cuidados de saúde como problemáticos, estando cada vez mais delicado obter médico de família e o acesso aos cuidados hospitalares.-----

Referiu que se ouve dizer com frequência que o Centro Hospitalar do Médio Tejo, não tem viabilidade. Referiu que lhe parece que o Governo quer mesmo que não seja viável já que continua, no Centro Hospital do Médio Tejo, um Conselho de Administração que deixou degradar imenso a ambiente interno, e que terminou o seu mandato há mais de 90 dias! O financiamento continua deficiente (em 2011 baixou 4%); os mesmos cuidados são financiados de forma diferente nas três unidades do centro; o centro presta cuidados não financiados.-----

Em consulta externa, há preços que não cobrem os meios complementares de diagnóstico. Deixa a questão: haverá alguma instituição que "aguente" estas condições?

Mencionou as restrições nos transportes de doentes que precisam de se deslocar para fisioterapia. A CDU exortou a Assembleia a juntar-se à população na luta por

melhores cuidados de saúde.-----

A deputada Ana Cláudia Coelho solicitou ao Presidente do Conselho Executivo alguns esclarecimentos, nomeadamente sobre uma moção apresentada na reunião anterior sobre educação, a questão da carta educativa regional, e a questão dos mega agrupamentos.-----

A Presidente da Mesa da Assembleia esclareceu, com a concordância do Presidente do Conselho Executivo da CIMT, que se procederia primeiro às intervenções dos senhores deputados, sendo dada posteriormente a palavra ao Presidente António Rodrigues para responder às diversas questões levantadas. -----

Foi dada a palavra ao deputado Paulo Macedo que abordou igualmente a questão da Carta Educativa Regional, abordada anteriormente pela deputada Ana Cláudia Coelho, solicitando esclarecimentos sobre este matéria, ou seja, qual era o ponto de situação em que se encontrava. Solicitou também esclarecimentos sobre a formação da CIMT, quais são as acções de formação para o futuro, atendendo a que 80% das candidaturas tinham sido indeferidas. -----

A Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao deputado João Simões que mencionou não verificar na ordem de trabalhos o ponto da actividade da CIMT. Foi-lhe referido, pela Presidente da Mesa da Assembleia, que este assunto devia estar agendado no período da ordem do dia no âmbito da legislação, contudo não foi escrito. Deste modo propunha que fosse discutido antes do ponto 4. da ordem do dia, antes da intervenção do público.-----

O deputado António Mor pediu para intervir, sendo certo e referindo que o ia fazer com alguma dificuldade, contudo enquanto membro do Conselho de Administração do Centro Hospitalar do Médio Tejo, não poderia corroborar com a intervenção do deputado Manuel Ligeiro.-----

Elucidou os restantes deputados que considerava o discurso do deputado Manuel Ligeiro como miserabilista, referindo que a mensagem passada não era de todo correcta, poderia concordar com um ponto ou outro, mas os utentes deveriam confiar na qualidade dos serviços ali desenvolvidos.-----

Após todas estas intervenções a Presidente da Mesa da Assembleia, deu a palavra ao Presidente do Conselho Executivo que respondeu às questões apresentadas. Começou por referir a questão da A23 esclarecendo que hoje tinha tido lugar uma reunião com o Secretário de Estado da Tutela e alguns Presidentes de Câmara, onde tinha sido claramente referido que as portagens iriam ter de existir. Percebia perfeitamente as moções que estavam a ser apresentadas, mas compreendia e defendia que quem pretendia usufruir da A23 teria de pagar por isso. Esclareceu que, o que tinha sido solicitado nesta reunião tinha sido a possibilidade de um ajuste de soluções às várias autarquias. -----

No que dizia respeito à matéria da saúde, confirmou que se mantinha de pé o pedido da audiência, a título do Médio Tejo com o embaixador de Cuba em Lisboa, em virtude de se verificar que existem grandes dificuldades no que respeita a médicos para servir a nossa população.-----

A Carta Educativa, um outro ponto abordado, começou por ser alinhavada, comentou o Presidente do Conselho Executivo. Esclareceu que se tratava de um trabalho conjunto que mexia com 11 Câmaras, tratando-se de um somatório das 11 cartas educativas. Elucidou que seria um ponto a abordar na próxima reunião do Conselho Executivo. Referiu que a Assembleia Intermunicipal tinha todo o direito de

fazer sugestões ao Conselho Executivo, contudo numa perspectiva nunca de impor.-----

Em relação à formação e à candidatura que foi chumbada, referiu que se aguardava uma nova oportunidade para remeter de novo a candidatura.-----

A deputada Ana Cláudia Coelho, pediu que lhe fosse esclarecido a questão dos mega agrupamentos, visto não ter sido mencionado pelo Presidente do Conselho Executivo.-----

O Presidente do Conselho Executivo comentou que os mega agrupamentos não foram abordados em reunião do Conselho Executivo, não havendo nenhuma tomada de posição pelo Conselho Executivo sobre a matéria-----

Tendo em conta que não existiam mais assuntos a ser abordados neste período, a Presidente da Mesa da Assembleia voltou a relembrar os deputados, na sequência do já questionado pelo deputado Manuel Ligeiro, que o ponto que dizia respeito à actividade da CIMT seria abordado como último ponto antes da intervenção do público, até porque se tratava de uma discussão decorrente da Lei e que tinha de fazer parte da ordem de trabalhos.-----

#### **Ordem do dia:-----**

##### **1. Discussão e votação do Relatório de Gestão de 2010;-----**

A Presidente da Mesa da Assembleia solicitou aos deputados que se inscrevessem para intervir, tendo dado a palavra ao deputado José Batista.-----

Iniciou o seu discurso fazendo uma breve apreciação sobre o Relatório de Gestão, focando algumas matérias nomeadamente no que dizia respeito às taxas de execução da CIMT, física com cerca de 50% e financeira a rondar os 15%; as Redes de Mobilidade e a Fibra Óptica.-----

Referiu igualmente a forte aposta da CIMT em 3 candidaturas intermunicipais, no âmbito do Ordenamento do Território, no que respeita ao potencial humano e por fim a educação.-----

Alertou, tendo em conta enquadramento apresentado pelo Conselho Executivo, que as metas previstas não tinham sido globalmente atingidas, estando referido na 1.ª parte do relatório apresentado. Comunicou a taxa de execução do projecto Afirmção Territorial do Médio Tejo, estando sem execução até ao momento, e as grandes dificuldades do Médio Tejo Digital.-----

O deputado Manuel Ligeiro iniciou a sua intervenção referindo o ano de 2010 como um ano de crise, em que a execução orçamental ficou aquém das expectativas aquando da aprovação do orçamento.-----

Referiu as várias dificuldades em estabelecer prioridades na grande maioria dos Municípios, bem como, na aprovação de projectos para financiamento. Alertou para a execução financeira, que tinha sido baixa e ficado além das expectativas. No fundo referiu ter sido uma execução de crise a juntar à actual conjuntura de crise que o país atravessava.-----

Elogiou o documento apresentado como claro, fiável e elucidativo. Terminou a sua intervenção comentando ser um relatório de qualidade, contudo a retratar uma situação menos boa.-----

O Deputado João Simões, dos Independentes por Tomar, referiu que o Relatório de Gestão mantém uma cuidada e adequada elaboração, a qual permite uma leitura fácil e contribui para uma análise conclusiva. Das fichas projectos/actividades consta que não foram realizados um, onze foram realizados até 25%, seis realizados até 100%. Evidenciou que foram concluídos dois projectos, ambos do

objectivo Estratégico II "GSIG – Médio Tejo – Gestão em SIG", Disponibilização Geográfica Online – internet. Gestão/Coordenação da disponibilidade do Equipamento GPS pelos Municípios (pag. 23) e Informatização do Cadastro Geométrico da Propriedade Rústica – Município de Ourém (pág. 27). -----

Referiu que a Comissão Directiva do PO Regional do Centro indeferiu a candidatura "Rede Urbana do Médio Tejo – 5 Castelos 5 Rios" (pág. 15), que a candidatura no âmbito da Afirmção Territorial do Médio Tejo se encontra a aguardar decisão (pág. 16, solicitando esclarecimentos por parte do Presidente do Conselho Executivo. Referiu os prazos de análise e aprovação das candidaturas QREN: submissão/aprovação 217 dias, análise técnica 114 dias e aprovação do contrato 29 dias (pág. 31) .-----

Salientou a existência de alguns estrangulamentos por parte da Autoridade da Gestão do PO Regional do Centro ao nível da aprovação das candidaturas.-----

No que respeitava aos Recursos Humanos salientou estarem suficientemente dimensionados, havendo falhas de capacidade de resposta ao nível do design gráfico, lacunas na área de modernização novas tecnologias, área de gestão e questionou o que se prevê fazer para ultrapassar estes problemas.-----

Quanto aos recursos financeiros salientou que os principais proveitos são as participações dos Municípios, cujas quotizações viabilizaram a gestão da CIMT e o arranque dos projectos.-----

Finalizou a sua intervenção concluindo que a falta de decisão do QREN condicionou a programação das Opções do Plano e Orçamento de 2010.-----

O Deputado Luís Grácio, iniciou a sua intervenção tentando ser telegráfico, pois pretendia fazer referência a alguns pontos fundamentais, nomeadamente esclarecendo que a taxa de execução anual média rondava os 40%, sendo que tinham sido pouco os projectos a atingir 100% de execução, referindo serem vários os factores a contribuir para esta situação.-----

Tendo em conta esta conjuntura, citou que as Câmaras Municipais e os responsáveis da CIMT deveriam ser responsabilizados por este insucesso, pois achou o plano demasiado ambicioso em toda a sua construção. Foi referido mais uma vez, à semelhança dos outros colegas, que o planeado estava muito aquém do previsto, contudo, referiu não ter a menor dúvida de que os funcionários da CIMT tinham dado o seu melhor.-----

Após as intervenções dos deputados, a Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Presidente do Conselho Executivo que passou a esclarecer algumas dúvidas levantadas.-----

O Presidente do Conselho Executivo referiu que a CIMT só tinha como receitas as das Câmaras Municipais e que a questão do baixo índice de execução tinha a ver com as dificuldades financeiras que as Autarquias estavam a atravessar, ou seja, comentou as dívidas das Câmaras Municipais para com a CIMT. A Comunidade Intermunicipal traduz o reflexo das dificuldades que as Câmaras Municipais estavam a sentir e iriam continuar a sentir. Certo é que assim não poderia haver uma boa execução financeira.-----

No que respeita à abordagem das candidaturas, foi referido o indeferimento da candidatura 5 castelos 5 Rios, comentou que era uma situação caricata, isto porque, a candidatura estava tão bem elaborada que no Mais Centro não a consideraram como tendo condições para avançar, sendo encarada como exequível. Alertou que esta candidatura iria ser novamente candidata e aprovada se tudo corresse bem.-----

Esclareceu que as Comunidade Intermunicipais são “passadeiras”, pontes de partida, para as Câmaras Municipais obterem candidaturas comunitárias, esclarecendo que, quem pensasse o contrário estava enganado.-----  
Voltou a evidenciar que a nível do país éramos uma excepção, pois estávamos com um índice de execução que nos colocava numa posição diferenciadora das outras CIM's do país, éramos a 6.ª CIMT a nível nacional. Referiu igualmente que na próxima semana iríamos atingir os 75% de execução.-----

No que respeita ao Médio Tejo Digital comentou ser um projecto que não teve um bom início e tem vindo sempre a decorrer com muitas dificuldades e percalços, contudo esclareceu estarmos a ter apoio de uma empresa técnica especializada (GFI) que nos estava a prestar assessoria para perceber algumas dúvidas, para verificar o andamento dos trabalhos.

Elucidou que o plano era de facto ambicioso, mas que não podemos deixar de referir determinados projectos e iniciativas no Plano de Actividades, pois eram situações que deviam ficar plasmadas para que de futuro, caso quiséssemos andar para a frente com algumas matérias, elas estejam contempladas.-----

Finalizou a sua intervenção referenciando que no Médio Tejo havia união, todos os Presidentes trabalham em prol da região e um dos aspectos primordiais era sem dúvida a redução da despesa.-----

A Presidente da Mesa da Assembleia passou á votação, tendo sido este documento aprovado na generalidade com 1 abstenção do Bloco de Esquerda, estando presentes 44 deputados na sala.-----

## **2. Discussão e votação da alteração de todos os Regulamentos da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, no sentido de incluir o Município de Mação, de acordo com a Lei 21/2010 de 23 de Agosto;-----**

A Presidente da Mesa da Assembleia passou a palavra ao Presidente do Conselho Executivo que esclareceu que este ponto estava ligado à questão da entrada de Mação novamente na Comunidade Intermunicipal, ou seja, ajustar os regulamentos da CIMT com a entrada de Mação no Médio Tejo.-----

O deputado Rui Gonçalves, pediu a palavra à Presidente da Mesa da Assembleia para questionar quais os regulamentos aqui presentes que estavam a ser alterados, tendo-lhe sido referido pelo Presidente do Conselho Executivo ser o Regulamento para a Informação e Formação Profissional.-----

A Presidente da Mesa da Assembleia passou à votação, tendo sido este ponto aprovado por unanimidade, com a presença de 40 deputados na sala.-----

## **3. Protocolo de Cedência das Acções da Municípia ao Município de Ferreira do Zêzere;-----**

**Intervenção do Público ao abrigo do ponto 6, do artigo 84.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei 5-A/2002 de 11 Janeiro.----**

**4. Intervenção do público ao abrigo do ponto 6, do Artigo 84.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro.**

A Presidente da Mesa deu a palavra ao Presidente do Conselho Executivo que prestou esclarecimentos breves sobre esta matéria. Referiu o Presidente do Conselho Executivo que o Médio Tejo não tinha qualquer interesse em ter acções da Municípia, visto esta situação também nos trazer alguns encargos, ou seja, obrigatoriamente a CIMT teria de ter um Revisor Oficial de Contas. Tendo em conta esta situação, a CIMT tinha cedido as suas acções ao Município de Ferreira do

Zêzere, ficando de certa forma livres desta problemática.-----

Não se verificando mais intervenções por parte dos deputados, a Presidente da Mesa da Assembleia passou à votação sobre esta matéria. O protocolo de cedência foi aprovado com uma abstenção dos Independentes por Tomar, estando presente na sala 40 deputados.-----

#### **4. Actividade da CIMT-----**

A Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra à deputada Ana Cláudia Coelho que colocou 3 questões, nomeadamente sobre o Plano Tecnológico do Médio Tejo, questionando em que Concelhos estavam a ser implementados os quadros interactivos; relativamente ao Turismo questionou quais as intervenções que estavam a ser preparadas, bem como, se se equacionava efectuar uma rede intermunicipal; por último pediu que lhe fosse também esclarecido sobre a semana do Médio Tejo.-----

Deputado João Simões, dos Independentes por Tomar, referiu que o governo iria lançar programas para a reabilitação de centros urbanos e questionou se, na CIMT, este assunto já tinha sido equacionado, visando organizar candidaturas dos Municípios do Médio Tejo a fundos do Poder Central para a reabilitação dos Centros Históricos.-----

Não havendo mais intervenções dos deputados, a Presidente da Mesa deu a palavra ao Presidente do Conselho Executivo que alertou os presentes para que caso ocorra a queda do actual governo as suas medidas provavelmente cairão também.-----

Evidenciou igualmente que, existiam já algumas Câmaras Municipais com parcerias ao nível da regeneração urbana com apoio das colectividades e com apoios comunitários.-----

No que respeitava aos quadros interactivos, esclareceu que já estavam instalados nos Municípios de Tomar, Torres Novas e Ourém.-----

No que dizia respeito à cultura, e, em particular à Arte em Rede, comentou que fazer 11 espectáculos diferentes nos 11 municípios não funcionava. Cada Câmara Municipal devia ter a sua política cultural, devendo a CIMT apoiar no que dizia respeito à obtenção de economias de escala, através da elaboração de candidaturas para obtenção de apoios comunitários.-----

Não havendo mais intervenções a Presidente da Mesa solicitou que lhe fossem indicados logo que possível os membros para a constituição da comissão para a redacção conjunta da moção sobre a A23 e informou que as transferências das senhas seriam efectuadas amanhã. Pediu aos deputados que tinham tomado posse hoje e, cujos processos ainda não estavam completos nos serviços da CIMT, que enviassem esses elementos para a CIMT. De igual modo esclareceu que lhe tinha sido entregue em mão, pelo deputado Rui Ferreira, um pedido de esclarecimentos sobre as dívidas da CIMT, que iria remeter para o Conselho Executivo.-----

#### **5. Intervenção do Público ao abrigo do ponto 6, do artigo 84.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei 5-A/2002 de 11 Janeiro.-----**

A Presidente da Mesa verificou haver público na sala, solicitando que quem estava presente se identificasse e colocasse a sua questão.-----

Aurélia Madeira, jornalista do Jornal Notícias de Ourém, interveio mostrando algum descontentamento como jornalista, esclarecendo que, na maior das vezes que assiste às reuniões não sabe exactamente o que se está a discutir, pois quando é

enviado o Press Release à Comunicação Social nunca lhes são enviados os documentos de apoio à reunião.-----

-----  
A Presidente da Mesa esclareceu que nunca nesta Assembleia lhe tinham sido solicitados, contudo eram públicos e não via qualquer inconveniente em serem enviados por e-mail para a Comunicação Social, aquando do envio da nota de imprensa, tendo ficado acordado que, a partir desta data, se iria proceder nesses moldes e solicitando aos serviços da CIMT a adopção deste procedimento.-----

-----  
Nada mais havendo mais assunto a tratar, pelas 20 horas, a Presidente da Assembleia deu por encerrada a reunião da qual, para constar, se lavrou a presente acta que, Rita Trindade, para o efeito designada, redigiu e também assina. -----  
-----